
Os outros da Nação: índios e camponeses no discurso ruralista

The other Nation: indians and peasants in the rural caucus speech

Marcos César Borges da Silveira*
Edgar Ávila Gandra**

Resumo: O texto aborda percepções e representações das elites agrárias sobre – e, no mais das vezes, contra – índios e lavradores. O exame de práticas discursivas comuns aos chamados ruralistas, como estigmatização, negação e supressão da alteridade, sugere uma percepção conservadora e excludente de nação, uma visão instrumental da democracia e uma atitude ambígua em relação ao próprio Estado de Direito.

Palavras-chave: Discurso. Alteridade. Poder. Coletivos tradicionais.

Abstract: The paper discusses perceptions and representations of the agrarian elites on – and, more often against – the Indians and peasants. The examination of discursive practices common to so-called Agrarians, as stigma, denial and suppression of otherness, suggests a conservative outlook and exclusionary nation, an instrumental view of democracy and an ambiguous attitude toward his own rule of law.

Keywords: Discourse. Otherness. Power. Traditional collective.

“Tomaremos todos os cuidados com os índios, mas não permitiremos que entrem o avanço do progresso.” (José Costa Cavalcanti, ministro de Estado do governo Médici).

“A bancada caminha na linha de respeitar a preservação ambiental, mas que isso não seja um empecilho para a produtividade.” (Marcos Montes, secretário-geral da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal DEM – MG).

* Doutor em História pela UFRGS. Prof. Adjunto no ICHL/Ufam.

** Doutor em História pela UFRGS. Professor Adjunto no DHA/UFPel.

“O Ibama é controlado pelas ONGs internacionais, como o *Greenpeace* e a *WWF*, assim como o Ministério do Meio Ambiente. São esses seus dirigentes que são mandados a passar a imagem, para todo o mundo, de que aqui na Amazônia só tem bandido, e a mídia acaba divulgando essa imagem, essa mentira.” (Senador Flexa Ribeiro PSDB – PA).

“O que pode ser degradante para um trabalhador do Nordeste pode não ser degradante para um trabalhador do Sul.” (Senadora Kátia Abreu – TO).

“Vira e mexe, nós estamos vendo agora eles [europeus] falarem do trabalho escravo no Brasil sem lembrar que com o desenvolvimento deles, na base do carvão, o trabalho era muito mais penoso do que o trabalho da cana-de-açúcar.” (Presidente Luis Inácio LULA da Silva).

O texto examina algumas práticas discursivas usadas pelas elites agrárias e políticas em suas relações com grupos tradicionais – lavradores e indígenas – na história recente do País, abrangendo o período militar e a chamada Nova República. O objetivo é demonstrar algumas continuidades nos discursos veiculados (sobre e contra índios e lavradores) por fazendeiros, empresários e políticos identificados com o agronegócio no período em tela. Para esse fim, o texto destaca lugares e nomes imputados aos nativos e camponeses no discurso das elites rurais: a) a percepção do índio como não índio; b) a visão do índio e dos camponeses como estrangeiros e potenciais inimigos da Nação; e c) a identificação de populações tradicionais ao arcaico em oposição ao agronegócio apresentado como moderno. O exame de práticas discursivas comuns aos ruralistas, como estigmatização, negação e supressão da alteridade, enfeixam uma percepção conservadora e excludente de nação, uma visão instrumental da democracia e uma atitude ambígua em relação ao próprio Estado de Direito. Esse discurso estabelecido instaura a construção de um imaginário diluído no corpo social em apreço. Diante dessa questão, convém expormos nossa compreensão de imaginário e sua ligação com o discurso. Para isso, nos apropriamos dos escritos de Carvalho. Para o autor,

o imaginário é uma maneira pela qual as pessoas estruturam seu mundo, lhe encontra uma maneira de dar sentido a sua vida, às relações, ao mundo que as cerca. É uma necessidade do ser humano, e parte essencial de sua cultura. O imaginário não é por isto mesmo externo às coisas, superposto à realidade. Ele é a forma inteligível pela qual as coisas existem para o ser humano. Neste sentido, imaginário e discurso se assemelham, são formas de representação da realidade. O discurso trabalha com conceitos, o imaginário, com imagens e símbolos, mas ambos são representações que freqüentemente se combinam. (1995, p. 15).

Estudar a experiência e a cultura de indígenas, lavradores, quebradeiras de coco, seringueiros, pescadores e outros grupos tradicionais da Amazônia implica, sobretudo, valorizar a diversidade de modos de vida a qual compõe o cosmos amazônico. Entretanto, quando se avaliam os contatos entre nativos e/ou regionais com os agentes vinculados à civilização – depois, com a sociedade nacional – são as “fricções interétnicas” e conflitos sociais que ganham destaque, conferindo aspecto trágico às relações de alteridade. A Amazônia, território de fronteiras, agrícola, econômica e cultural é, também, como salienta Martins, a fronteira do humano. *Locus* em que a humanidade de indígenas e regionais é posta em suspensão. Nas áreas de expansão, nativos e lavradores são vistos como retardatários e/ou marginais que, graças ao Estado e aos patrões, podem se integrar ao mundo urbano e moderno, mas também, não raro, costumam ser percebidos como obstáculos ao progresso e, como tais, objeto de repressão, expropriação e, no limite, destruição física.

Em vários lugares do País, é comum chamar o índio de *bugre*, termo que permite ao *branco*, de um lado, recortar os nativos das suas raízes e de seu modo de vida e, de outro, excluí-lo do cosmos social criado pelo colonizador. A palavra *bugre* denota um processo de mestiçagem étnica e cultural com sinais negativos. O *bugre* já não é mais índio e tampouco é considerado cidadão. Nesse sentido, o termo costuma englobar um conjunto de traços pejorativos – como sujeira, preguiça, mentira, roubo, bebedeira, violência – assinalando o não lugar desses segmentos no mundo do *branco*. Costuma-se opor a categoria *bugre* à categoria dos índios *verdadeiros*, isto é, legítimos, quase sempre localizados em lugares e tempos distantes, às vezes, míticos.

Um fazendeiro da localidade de Dourados (MS) – misturando moralidade do capitalismo com argumentos *raciais* – questionou o propósito, para ele descabido, de “dar tanta terra para bugres”. Na sua opinião, desclassificados que nada contribuem para o desenvolvimento do Brasil. É digno de nota que o mesmo produtor rural, aventurando-se pelo sul do Pará, onde adquiriu e desmatou terras florestadas, topou novamente com os *bugres*, na sua visão, pseudoíndios que insistem em atrapalhar o seu progresso. Para esse fazendeiro não existem mais índios, mas apenas descendentes desqualificados dos antigos povos nativos cujas demandas atrapalham o progresso do País.

Outro argumento muito utilizado para negar ao outro o direito à alteridade e, no limite, à vida, consiste em questionar, com base nas categorias da cultura dominante, isto é, de acordo com padrões de produtividade/lucratividade das fazendas de gado (em geral extensivas), mas também das plantações de soja, cana, dendê, etc., a relação dos nativos com a terra. Aí a incapacidade de enxergar os aspectos culturais – e não apenas mercantis – nas relações do homem com o ambiente faz com que moradores de cidades como Dourados (MS), Araguaína (TO), Cacoal (RO), ou Belém (PA) e de outras regiões do Brasil “não entendam para que dar tanta terra para índio”. Para essas pessoas só existe o tempo linear do capital, de modo que arranjos vitais e grupos sociais que não se integram à lógica do mercado costumam ser depreciados como atrasados e, quando mobilizados na luta por direitos, aparecem como verdadeiros inimigos da Nação. Essa dificuldade ganha a dimensão de uma cegueira coletiva quando o nativo é rotulado de *bugre*. Se não existem mais índios, mas apenas párias, a questão das terras indígenas perde seu sentido. Como na estória do padre que, em plena Sexta-Feira Santa, batizou um pernil de porco de tainha, o índio nomeado pelos seus outros (lavradores, fazendeiros, empresários e órgãos oficiais) está sempre a um passo de ser devorado e, como o porco da fábula, sem a menor culpa. cremos que, nesse caso, vale destacar que, além do discurso legitimador ou deslegitimador das instituições oficiais, como mostra Cunha (1999), existe também uma forte tradição excludente, expressa no preconceito e na violência contra os índios, que perpassa importantes setores da sociedade brasileira, cujas origens remontam aos conflitos entre as frentes de colonização e/ou pioneiras e as nações indígenas.

Contudo, apesar dos reveses, os povos nativos da Amazônia – e também de outras regiões do País – nisso contrariando prognósticos

pessimistas do passado recente – vêm criando formas de resistência e assegurando sua continuidade sociocultural.

Bem diferente tem sido a trajetória dos camponeses que, desde o período colonial, vinham criando, à custa dos próprios nativos, um modo de vida particular em várias áreas da Amazônia. A partir de meados do século XX, o avanço das frentes pioneiras sobre os centros e povoados de lavradores reeditou reforçando o secular avanço das frentes de povoamento sobre os territórios indígenas. Se, em se tratando de nativos, se pode falar em destribalização e/ou mesmo em etnocídio, no caso dos camponeses, o impacto das frentes de expansão se traduziu em desorganização do modo de vida costumeiro e, em ambas as situações, com amplo uso de violência privada e/ou estatal.

Nas áreas de penetração recente da agropecuária, como a Amazônia, onde os índios puderam manter com maior êxito sua cultura, o estigma do *bugre* não é tão comum e, tampouco, tem o poder ideológico que alcança em regiões como no Centro-Oeste e no Centro-Sul do País. Veja-se que, mesmo a ditadura militar era levada a reconhecer a presença de povos nativos nas áreas de fronteira; nessas situações, a alteridade era reconhecida e imediatamente negada em nome do *progresso*. Como assinala Ianni em *Ditadura e agricultura*, a própria Funai, órgão governamental criado para proteger e assistir os índios, pautava suas ações segundo o projeto de desenvolvimento econômico e de ocupação territorial, implementado pela ditadura, participando da ideologia racial predominante, segundo a qual o índio era visto como um ente da natureza ou como um estrangeiro. A atitude do governo militar diante das nações indígenas ficava, por assim dizer, condensada nas palavras do então ministro do Interior do governo Médici, José Costa Cavalcanti: “Tomaremos todos os cuidados com os índios, mas não permitiremos que entrem o avanço do progresso.” (CASALDÁLIGA, s.d., p. 25). No mesmo período, seguindo uma política indigenista consoante a expansão do capital na Amazônia, o presidente da Funai, Gal. Bandeira de Mello chegou a propor a extinção do Parque Nacional do Xingu. O órgão governamental, especificamente dedicado ao índio, priorizava o desenvolvimento nacional, de modo que os povos nativos quedavam em segundo plano. Para o presidente da Funai, o Xingu não podia impedir o progresso do Brasil. (IANNI, p. 204).

Subjaz a essas declarações a estratégia de *integrar* os nativos ao mundo dos brancos, convertendo o índio em mão de obra barata usada na implementação de projetos agropecuários e de infraestrutura na

Amazônia. Como peão, o índio tornava-se parte da Nação brasileira, deixaria de ser um estrangeiro passando a ser *brasileiro*. Não é necessário dizer que o preço para a entrada do índio na sociedade nacional era a sua redução a uma condição de bugre, isto é, de lumpezinato:

Como lumpen, o índio “deculturado” passa a vegetar nos povoados, vilas e cidades, como biscateiro, alcoólatra, prostituta, etc. Em todos os casos, é obrigado a organizar a sua vida, ou modo de ser, segundo as divindades dos cristãos: O Cristo, a propriedade e o dinheiro. (IANNI, p. 219).

Com efeito, a apartação do seu universo cultural não garante ao índio a participação no ambiente criado pelo capital. Impedido de se reproduzir como índio, o nativo também não logra uma integração ao mundo urbano e moderno, permanece como um estranho, um desterrado em sua própria terra. Ianni assinala como a percepção do índio como um estranho estranhado contribuía para sua expropriação e destribalização. A visão do índio como um não brasileiro, um inimigo da Nação, reforçava as convicções geopolíticas dos militares, mas também ia ao encontro dos interesses dos fazendeiros e empresários que se estabeleciam nos antigos territórios tribais. Para os agentes do governo e patrões, o *índio bom* era o índio *integrado*, ou então, *dizimado*. O índio como índio faz parte da natureza ou pertence a um outro mundo, um mundo estranho que é necessário conquistar e destruir.

Pode-se dizer que a atitude excludente da sociedade envolvente colocava o índio entre ser *integrado*, isto é, tornar-se um “lumpén” e desaparecer ou lutar para continuar ou voltar a ser índio. A percepção do índio como um estorvo ou inimigo da sociedade nacional acabou reforçando a alteridade entre índios e não índios, criando condições para a emergência de movimentos étnicos que, quando efetivos, mantêm ou instauram arranjos vitais distintos ao da sociedade englobante. Pode-se dizer que, de forma contraditória, a desorganização do modo de vida tradicional, seguida de exclusão, colocava os grupos nativos diante da necessidade de resistir para existir. Daí se entende o espanto de fazendeiros e de suas entidades quando grupos indígenas – que se julgavam *pacificados* ou *extintos* – aparecem no cenário político, fazendo valer as possibilidades abertas pela democracia, portando demandas que seus dominadores apostavam estar esquecidas. Segundo artigo de Rosenfield (2010), publicado em jornal e reproduzido no *site* da CNA,

parece não haver mais limites para a ação da Funai de demarcação de terras indígenas, como se o País fosse um imenso território virgem suscetível de qualquer reconfiguração territorial. Um Estado federativo passaria a reger-se por portarias e atos administrativos do Poder Executivo que criariam “nações” que, doravante, conviveriam com “outros Estados”. Não estaria longe o dia em que essas “nações” passariam a tratar a “nação brasileira” em pé de igualdade, solicitando, inclusive, reconhecimento internacional e autonomia política. [...] O paradoxal é que a Funai diz fazer “justiça” e o “faz” com os recursos alheios! Não se repara uma “injustiça” criando outra! (*O Estado de S. Paulo*, 4 maio 2008).

O que se vê, para desespero dos latifundiários, fazendeiros e empresários que julgavam que não existiam mais índios, mas apenas *bugres* – descendentes desclassificados dos antigos nativos – é a emergência de movimentos indígenas que buscam reafirmar ou recriar identidades e manter ou recuperar territórios. No discurso do articulista, o índio aparece como um estrangeiro, um outro dentro da comunidade brasileira, cuja presença, à medida que enseja o reconhecimento de direitos, inclusive o direito de ser e se manter diferente, representa perigo à ordem social e à própria integridade territorial da Nação.

No que diz respeito aos lavradores tradicionais, pode-se dizer que sua trajetória histórica implica – entre outras formas de violência – a exposição a processos de silenciamento e encobrimento de suas identidades culturais. O discurso da integração nacional, acompanhado pela retórica da *redenção social* dos sertanejos e dos *caboclos* –, apontados como tipos brasileiros *marginais* – propunha o engajamento desses segmentos nas grandes obras de infraestrutura, projetos agropecuários e de colonização ligados ao projeto “Brasil potência mundial” da ditadura. *Pari passu* com a retórica da modernização, os camponeses não eram reconhecidos como coletivos humanos dotados de uma cultura particular. Aí, o *outro* era reduzido ao mesmo, a uma imagem de Nação presa a um passado arcaico que, em nome do progresso, era necessário superar. Assim, impactos socioambientais e conflitos sociais e culturais eram domesticados, vale dizer, contornados, mediante a inserção dos regionais na duração do capital e na *comunidade nacional*. Os arranjos vitais e as identidades locais eram negados em nome do nacional, construído e imposto de cima para baixo e, sempre que necessário, usado como *arma* na repressão de grupos recalcitrantes. Destruição do ambiente natural,

expropriação e proletarização eram racionalizados em termos de preço a pagar pela entrada dos lavradores na modernidade nacional.

Tanto a ideologia da *integração nacional* como os projetos econômicos – ancorados em modalidades repressivas de dominação do trabalho – presidiram a inserção da Amazônia no mundo urbano e moderno. A crença no *progresso* e a estratégia de *desenvolvimento a qualquer custo* pautaram a expansão econômica e as políticas governamentais concertadas na região durante o período militar. Consoante a política econômica da ditadura, índios e lavradores deviam ser *integrados* e, por aí, apartados de seu modo de vida costumeiro. Índios que lutavam para continuar índios, e camponeses que lutavam para continuar camponeses apareciam como obstáculos ao progresso, inimigos da Nação e, portanto, eram questão de segurança nacional.

Apesar dos projetos, no papel, de infraestrutura social, expressos com *slogans* pomposos como “a meta é o homem” ou “a redenção do caboclo”, o que se viu por toda a região foi um processo que combinava desorganização das comunidades indígenas e camponesas com imigração de trabalhadores sertanejos, ensejando a formação de um proletariado rural e urbano vivendo em condições miseráveis. A preocupação com a lucratividade das empresas inviabilizava qualquer política séria de integração social nas frentes de expansão. A ação social do Estado, na Amazônia, a não ser por algumas ações sanitárias e educacionais, não ia muito além da retórica, servindo, contudo, como propaganda aos projetos econômicos estabelecidos na região, principalmente na atração de milhares de nordestinos pobres que migraram para áreas de fronteira. A propaganda oficial era, vez por outra, confrontada com matérias de jornais e/ou falas de religiosos inconformados com a violência e a superexploração dos nativos e regionais praticada por empresários modernos. Quando confrontados com a realidade dos fatos, agentes governamentais e empresários não hesitavam em tratar a questão do desenvolvimento da Amazônia em termos de estrita produtividade/lucro, sem fazer qualquer menção à sorte dos trabalhadores empregados nas frentes de expansão. (CARDOSO; MULLER, 1977).

No que tange aos grandes projetos de infraestrutura e agropecuários, o Estado procurava se antecipar garantindo a viabilidade econômica das empresas por meio de uma rede de instituições destinadas a garantir recursos como o Banco da Amazônia, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e o Banco do Brasil. A entidade destinada à defesa dos indígenas, a Funai, era, em geral, mal-aparelhada e,

sobretudo, entrava em campo quando os *contatos* entre os agentes das frentes de expansão e os nativos já haviam sido estabelecidos. O órgão criado para *proteger* e dar *assistência* aos índios aparecia quando os efeitos destrutivos das frentes pioneiras já haviam sido deflagrados, restando aos seus agentes minimizar, sem interromper, os processos de expropriação e destribalização em curso. Assim, mesmo as instituições destinadas a salvaguardar os direitos dos índios – como a Funai e o Estatuto do Índio – eram funcionais aos processos de valorização do capital estabelecido na Amazônia.

Com o fim do milagre e a instalação de uma recessão econômica que atravessaria toda a década de 80 (séc. XX), a chamada “década perdida”, os militares – sem apoio de segmentos médios e empresariais – retornam para a caserna devolvendo o poder aos civis. O País entrava na nova democracia reeditando a tradição elitista do *pacto pelo alto*. Contudo, com a redemocratização, uma série de demandas, até então reprimidas, pôde emergir sob a forma de novos movimentos sociais. Surgem atores políticos que, em meio à crise econômica, passaram a reivindicar direitos sociais e participação no poder, ultrapassando as concepções liberais de cidadania. Assim, trabalhadores sem-terra, lavradores, quebradeiras de coco, seringueiros, povos indígenas e outros coletivos lutam pela terra e pela manutenção e/ou reinvenção de sua cultura. Houve mesmo grupos de lavradores, sobretudo no Nordeste, que, além de resistirem à proletarização, redescobriram ou recriaram identidades étnicas (indígenas ou quilombolas) ensejando movimentos de *retradicionização*.

Apesar do avanço do “arco-de-fogo” na Amazônia – e com ele a violência dos patrões e do Estado sobre os regionais, os grupos tradicionais puderam romper com o silêncio imposto por seus dominadores, ganhando o espaço público, agora planetário, criando novas táticas e estratégias de enfrentamento. A Amazônia, fronteira demográfica, econômica, cultural e do humano torna-se também fronteira de direitos, criando condições para a reinvenção da política, e, o que parece ser mais importante, o aparecimento dos coletivos tradicionais como agentes políticos.

Por seu turno, as oligarquias se modernizam apresentando uma maior inserção no mercado globalizado, seus discursos políticos apresentam vocabulário e temas renovados e, sobretudo, uma atuação concentrada na política e na grande imprensa nacional. Dentre as *armas* usadas pelos setores ligados ao agronegócio, em sua expansão à custa das

áreas florestadas e comunidades tradicionais, ganha relevo o que se pode chamar uma reinvenção da retórica desenvolvimentista da ditadura. Nesse ponto, vale destacar três elementos centrais do discurso ruralista: a) a associação da organização camponesa e de seus movimentos sociais ao arcaico e ao marginal; b) a identificação dos índios com interesses externos contrários ao desenvolvimento/crescimento do País; e c) a apresentação do agronegócio como uma empresa moderna e responsável pela integração nacional.

O alcance desses argumentos pode ser avaliado com base no posicionamento assumido pelo vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária para a Região Norte, deputado Moreira Mendes (RO), durante debate na TV Cultura sobre a MP que “regulariza” a terra na Amazônia, realizado em junho de 2009. Segundo o parlamentar, “desenvolvimento sustentável é romantismo” e “catar coquinho na mata” é coisa do passado. Esse tipo de argumento, apesar do descrédito em que caíram as ideias de *progresso e desenvolvimento*, continua sendo veiculado pelas elites rurais que tentam apresentar o *capitalismo agrário* como a solução para todos os males do Brasil. O agronegócio aparece associado à geração de emprego e renda enquanto a floresta e os coletivos tradicionais são identificados com o atraso e a miséria. O entrevistado se empolga com a ideologia patronal segundo a qual “fora do mercado não existe salvação”, isto é, qualquer arranjo social ou grupo humano que não organize suas atividades e fins para o mercado é imediatamente jogado na “lata do lixo” da história.

Os ruralistas esquecem e querem fazer esquecer que a miséria no campo é, na verdade, consequência direta da própria modernização da agricultura, o que também inclui as políticas públicas passadas e recentes. Se, por um lado, negam a existência do latifúndio, substituindo-o pelo *agribusiness*, por outro, costumam associar a organização camponesa e os movimentos populares à miséria no campo. Nas palavras da senadora, tem-se:

Hoje, destruída a utopia da reforma agrária – um monumental desastre que apenas produz miséria em 87 milhões de hectares de terras já distribuídas e onde se registram índices de pobreza, medidos objetivamente em IDHs, piores que as das mais degradadas favelas urbanas – o MST perdeu sua razão de ser. As circunstâncias econômicas esvaziaram suas bandeiras. (KÁTIA ABREU).

Para a senadora do TO, não existe “questão agrária” e latifúndio, mas empresas rurais modernas responsáveis pelo desenvolvimento do País. O agronegócio é elevado a setor de ponta da economia brasileira, destacando-se sua participação no PIB, omitindo ou relativizando seus vínculos com o trabalho precário e destruição do patrimônio ambiental.¹ Segundo a liderança, jocosamente conhecida como “Miss desmatamento”, a reforma agrária corresponde a uma *utopia* responsável pela *favelização* do campo, pelos movimentos sociais – como o MST – que são descritos como *bandos* ou *massas* de *marginais* liderados por *demagogos*, *golpistas* com inclinações *nazifacistas*.²

O latifúndio, modernizado ou não, transforma o lavrador em mão de obra barata e, depois, responsabiliza o próprio trabalhador pela sua miséria social. Quando os camponeses se mobilizam para continuar e/ou conquistar terras, são classificados como *baderneiros*, *marginais*, *degradados* ou *terroristas*. De qualquer forma, o que se vê, de Norte a Sul do País, são os ruralistas defendendo em coro o binômio segurança/ desenvolvimento que pautou a política dos militares durante a ditadura. A imagem do camponês maoísta-leninista do passado é atualizada no discurso ruralista na representação dos sem-terra *criminosos* ou *terroristas*.³

Assim como a miséria no campo e na cidade é creditada às próprias vítimas do modelo agroexportador, os setores identificados com o agronegócio e suas lideranças demonstram uma disposição à promoção de golpes de força contra adversários políticos. A estratégia de criminalizar os movimentos sociais implica desclassificação de demandas legítimas, exclusão de pautas e segmentos sociais do debate político numa atitude contrária ao fortalecimento da sociedade civil e à abertura do Estado aos segmentos populares e coletivos tradicionais. O *ethos* autoritário, a tradição do poder arbitrário e uma percepção conservadora de nação delimitam e limitam as concepções de democracia e do próprio Estado Democrático de Direito dos ruralistas. Práticas de violência aberta contra trabalhadores e suas lideranças, bem como ameaças contra instituições e autoridades públicas que, no cumprimento de suas obrigações institucionais e responsabilidades políticas, entram em antagonismo com os interesses do agronegócio, apontam para o uso instrumental da democracia que, por assim dizer, revela a permanência de um *ethos* autoritário.⁴

A estratégia de criminalizar, estigmatizar e excluir adversários do campo político também inclui a associação dos índios a países ricos e a multinacionais, ambos interessados em prejudicar o agronegócio e o

crescimento econômico brasileiro. Frequentemente, esse tipo de acusação implica acusações de que ONGs como o *Greenpeace* e a *WWF* estariam, a pretexto de salvaguardar o ambiente natural e as populações tradicionais, sabotando os produtores nacionais em benefício de empresas e governos estrangeiros, de cujos financiamentos tais entidades seriam beneficiadas. Arrozeiros aparecem como paladinos da Nação, como guardas das fronteiras nacionais, ameaçadas pela presença de não brasileiros, isto é, os índios, que, insuflados por agentes estrangeiros, podem, de uma hora para outra, inventar um outro país. Assim como os trabalhadores, manipulados por lideranças demagogas, portadoras de ideologias exóticas, são potenciais inimigos do Estado Democrático de Direito; os índios instigados por ONGs e estrangeiros representam uma ameaça à ordem social, à propriedade privada e à soberania nacional. Assim como índios e meio ambiente não devem constrirem a produtividade/competitividade do agronegócio, questões envolvendo direitos dos trabalhadores são relativizadas em benefício da lucratividade das empresas estabelecidas na Amazônia. A priorização do capital em detrimento dos coletivos tradicionais, do meio ambiente e dos trabalhadores regionais não fica restrita apenas a personificações do capitalismo agrário, como referiu a senadora Kátia Abreu, uma das principais lideranças da bancada ruralista e presidente da poderosa Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que mobiliza setores do governo petista, a começar pelo próprio presidente Lula, que, além de promover os usineiros a heróis nacionais, tem minimizado a prática da escravidão nas empresas rurais.⁵ A senadora Kátia Abreu, num de seus pronunciamentos contra a repressão ao trabalho escravo, relativizou a prática da escravidão com base nas diferenças entre o Norte e o Sul do País. Remetendo à leitura dos trabalhadores, a senadora minimiza as diferenças ligadas a desigualdades econômicas e de poder entre trabalhadores e patrões nas diferentes regiões do Brasil: “O que pode ser degradante para um trabalhador do Nordeste pode não ser degradante para um trabalhador do Sul.” (Repórter Brasil, 2007). A abordagem “relativista” serve para confundir a opinião pública sugerindo que direitos fundamentais dos trabalhadores devem ser adequados às particularidades regionais, isto é, ao arbítrio patronal. Sugere que grande parte das denúncias contra práticas de escravidão na Amazônia partem do Exterior ou do Centro-Sul do País. Todavia, são os próprios trabalhadores regionais, a partir de seus sindicatos e/ou de instituições enraizadas na Amazônia como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Parte desses

segmentos locais a pressão para que autoridades e instituições públicas, cumprindo suas atribuições constitucionais, realizem um combate efetivo à escravidão e a outras modalidades de violência praticadas pelos patrões na Amazônia e em outras partes do Brasil. Já na fala de Lula, a relativização do trabalho escravo é feita com base no exame da própria história do capitalismo: “Vira e mexe, nós estamos vendo agora eles [europeus] falarem do trabalho escravo no Brasil sem lembrar que com o desenvolvimento deles na base do carvão, o trabalho era muito mais penoso do que o trabalho da cana-de-açúcar”. (Presidente Luis Inácio Lula da Silva).

Infelizmente, o presidente esquece um fato óbvio: não estamos no século XVIII, vivemos no século XXI, de modo que, práticas desumanizadoras, como a escravidão, não podem ser encaradas com a naturalidade com que eram percebidas no passado. O anacronismo e a pretensão de julgar – quer dizer, de absolver – o presente com base no passado, revelam a persistência de uma metafísica do progresso entre setores da esquerda brasileira. Nessa concepção, o desenvolvimento econômico cria as condições para o aparecimento dos direitos sociais – como trabalho, renda, consumo – e mesmo políticos, viabilizando a própria democracia de massas. Isso quer dizer que, para amplos setores da esquerda, os EUA, ou um capitalismo produtivo, constitui uma espécie de “modelo” para o Brasil. O problema é que, de um lado, essa utopia moderna é negada pelo próprio padrão predatório do padrão de capitalismo brasileiro, que concentra renda e poder no topo; por outro lado, ambos os “modelos” de desenvolvimento não respondem à crise ambiental contemporânea, mas, pelo contrário, geram um enorme passivo ambiental.

Para os ruralistas as organizações camponesas e grupos indígenas constituem entraves à economia de mercado e, quando politizados, aparecem como matéria de segurança nacional. A adesão desse segmento social às “soluções de mercado” e à defesa intransigente da propriedade privada como base da organização social em detrimento de formas de propriedade que primem pelo coletivo, ou público, demonstra um conservadorismo arraigado que dificulta a emergência de alternativas para a crise socioambiental em que vivemos. A defesa aberta, sem meias palavras, de que o futuro da Amazônia é a agropecuária, revela mais do que a costumeira arrogância daqueles que se acostumaram a olhar os trabalhadores da varanda da Casa-grande, revela também um enorme descompasso em relação à opinião pública e um descompromisso com qualquer ideia de futuro.

Notas

¹ Como lembra o coordenador da Organização Não Governamental Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, reafirmar o Brasil como celeiro do mundo significa afiançar as exportações brasileiras a produtos sem valor agregado. “É economicamente estúpido”.

² “Reduzido ao que refletem os jornais de cada dia: uma organização criminosa que mata, saqueia e desvia recursos públicos, o MST não quer criar uma classe rural de pequenos produtores, mas fazer agitação e tomar o poder através de um golpe de estado. Tanto que insiste em desafiar o Estado Democrático de Direito, a grande conquista, aparentemente irreversível, do povo brasileiro. Na verdade, os líderes do MST usam como massa de manobra brasileiros desempregados, desesperançados e desprotegidos socialmente pelo Estado que, por esse motivo, aderem a grupos que fomentam e praticam a ilegalidade. Distanciam-se, assim, da verdadeira luta social e democrática permitida e apoiada pelo Estado Democrático de Direito. O MST tornou-se um caso de “lumpemproletariado”, classificação da sociologia marxista, como ensina o Dicionário Aurélio. Lumpén, para os íntimos, ou seja, os esquerdistas que sempre a usaram para designar os marginais em que se transformam os trabalhadores sem qualificação, miseráveis e sem consciência política que, em vez de expressar seu inconformismo agregando-se a ações conseqüentes (como o Partido Comunista considerava modelo único e universal), entregam-se à degradação social e humana, constituindo-se na matéria-prima ideal dos políticos e partidos populistas, base do próprio nazifascismo.” (ABREU, 2009).

³ Entre as matérias e editoriais da revista *Veja*, vale destacar o artigo “As Madraças do MST”, oportunamente acompanhada

de matéria sobre o ataque terrorista, imputado a *Al Qaeda* e ao grupo separatista da Chechênia, contra uma escola em Beslanna, Rússia que resultou na morte de 200 pessoas (*Veja*, 2004). O Projeto de Lei (PL) 7.485/06, de autoria do deputado federal Abelardo Lupion do DEM do Paraná, pretende classificar as invasões de terras como “terrorismo” e “crime hediondo”. Para uma análise desse Projeto de Lei, veja-se o artigo de Rafael Boas: “Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.”

⁴ Segundo o deputado da bancada ruralista Abelardo Lupion (DEM-PR), o governo e, em especial o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, seriam inimigos da pecuária brasileira. Comentando os efeitos negativos sobre a agropecuária das operações desferidas pelo Ministério do Meio Ambiente conjuntamente com a Polícia Federal contra pecuaristas ilegais no Estado do Pará, disse: “Garanto que ele, com as ONGs, com seus comparsas, comemoraram a decisão da Adidas de não comprar mais couro do Brasil.” Numa atitude autoritária, arremata: “Eu não me sento com ONG, e o Ministério não tem legitimidade para se sentar com a bancada ruralista.” (*Diário da Manhã*, Goiânia, 25 jun. 2009). Para o jornalista Paulo Henrique Amorim, os ruralistas atualizaram a antiga máxima “índio bom é índio morto”, que passa a ser, nesses tempos de crise ambiental: “Ambientalista bom é ambientalista morto.”

⁵ Privatização de terras públicas na Amazônia por meio de Medida Provisória, incentivos ao plantio de cana em áreas *desmatadas*, financiamento público para fazendeiros e empresários em situação ilegal, afrouxamento da legislação ambiental, flexibilização da legislação

trabalhista no campo, recuo nas políticas de defesa de comunidades tradicionais e o próprio isolamento do Ministério do Meio Ambiente assinalam uma guinada

ruralista do governo Lula em detrimento de políticas ambientais inovadoras desenhadas durante seu primeiro mandato.

Referências

- AUBERTIN, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Ed. da UnB; Paris: Orstom, 1988.
- BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BOAS, Rafael. Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST. *Revista NERA*, Presidente Prudente: Unesp, 2008.
- CARDOSO, F. H.; MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia: [s. n.], s. d.
- CUNHA, Euclides. *A margem da história*. São Paulo: M. Fontes, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia e o imaginário da República. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre: UFRGS, n. 3, 1995.
- ESTERCI, Neide. *A dívida que escraviza: trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: CPT, 1999.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. Por que o trabalho escravo? *Estudos Avançados*, n. 14, 2000.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. da Letras, 2005.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

VALVERDE, O.; FREITAS, M. L. *O problema florestal da Amazônia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *Besta-Fera: recriação do mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Artigos de jornais e periódicos:

ABREU, Kátia. "MST, para os íntimos, lúmpen". *Jornal do Brasil*, mar. 2009.

HASHIZUME, Mauricio; CAMARGO, Beatriz. "Senadores atacam MTE no caso Pagrisa; OIT e CUT apóiam grupo móvel". *Repórter Brasil*, set. 2007.

ROSENFELD, Denis. (In)segurança jurídica. *O Estado de S. Paulo*, jan. 2010.

WEINBERG, Mônica. "As Madraçais do MST". *Revista Veja*, set. 2004.

Artigo recebido em 5 de setembro de 2009. Aprovado em 10 de outubro de 2009.